

Acórdãos STA	Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo
Processo:	0140/10
Data do Acórdão:	05-05-2010
Tribunal:	2 SECÇÃO
Relator:	VALENTE TORRÃO
Descritores:	PRESCRIÇÃO DÍVIDA EXEQUENDA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO IMPUGNAÇÃO JUDICIAL PRESTAÇÃO DE GARANTIA
Sumário:	<p>I. A impugnação judicial interrompe a prescrição, mas a paragem do processo por período superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo faz cessar tal efeito, somando-se, neste caso, o tempo que decorrer após esse período ao que tiver decorrido até à data da autuação (n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º da LGT).</p> <p>II. Porém, se a execução se encontrar suspensa em virtude de a impugnante ter requerido a suspensão com prestação de garantia já anteriormente à paragem do processo, não releva para efeitos de prescrição o prazo posterior aquele ano.</p>

Nº Convencional:	JSTA000P11762
Nº do Documento:	SA2201005050140
Recorrente:	FAZENDA PÚBLICA
Recorrido 1:	A...

--	--

Aditamento:	
-------------	--

▼ **Texto Integral**

Texto Integral:	<p>Acordam na Secção do Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo</p> <p>A FAZENDA PUBLICA, veio recorrer da decisão do Mmº Juiz do Tribunal Tributário de Lisboa, que julgou extinta a instância, por inutilidade superveniente da lide, com o fundamento na prescrição da obrigação tributária deduzida por A..., melhor identificada nos autos, contra a liquidação de IRS do ano de 1997 e dos juros compensatórios, apresentando, para o efeito, alegações nas</p>
-----------------	---

quais conclui:

Iª) - Pelo elenco dos fundamentos acima descritos, infere-se que foi proferido despacho no sentido de ser declarada prescrita a dívida resultante da liquidação impugnada e, consequentemente, extinta a instância por inutilidade superveniente da lide.

IIª) - Enquanto o credor não puder, livremente, exigir o seu crédito, por imposição legal determinada pela suspensão do processo executivo, a prescrição não pode correr;

IIIª) - A suspensão do processo de execução, motivada por uma das causas previstas nos artigos 52.º da LGT e 169.º do CPPT, tem como consequência a suspensão do curso da prescrição, nos termos do art.º 49.º, n.º 4 (ao tempo n.º 3) da LGT.

IVª) - As causas de suspensão da prescrição aplicam-se aos factos ocorridos na vigência da lei que as contém, no caso, a impugnação judicial apresentada em 2003/01/07, conjugada com a prestação de garantia nos termos do artigo 169º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, é causa do efeito suspensivo contido, à data, no n.º 3 do art.º 49.º da LGT.

Vª) - Todas as causas de suspensão do curso da prescrição previstas na Lei tributária são desencadeadas por iniciativa do devedor e conduzem, inelutavelmente, à suspensão do processo de execução fiscal, posto que seja prestada garantia ou realizada a penhora, impedindo assim o credor de prosseguir a cobrança da dívida, por determinação legal.

VIª) - Por seu turno, o credor, impedido de prosseguir a cobrança da dívida enquanto se mantiver a causa de suspensão da execução, vê garantido o efectivo direito à cobrança, nos casos em que a legalidade da liquidação for reafirmada pelo Tribunal.

VIIª) - À presente impugnação judicial, apresentada em 2003/01/07, em plena vigência da LGT, determina a suspensão da contagem do prazo de prescrição, suspensão que só cessará com o trânsito em julgado da decisão da

impugnação.

IX^a) - A sentença que declarou verificada a prescrição e, por consequência, a extinção da impugnação por inutilidade superveniente da lide, abstendo-se de conhecer do mérito da impugnação, violou o disposto no n.º 3 do artº 49.º da LGT, na sua redacção ao tempo da impugnação.

Pelo que, nestes termos e nos demais de direito, atento aos fundamentos expostos e com o sempre mui douto suprimento de V.a Exa, deverá ser concedido provimento ao recurso, revogando-se o despacho recorrido.

II – Não foram apresentadas contra alegações.

III – O Mº Pº emitiu o parecer constante de fls. 307/308, no qual defende que não se encontra “...prescrita a obrigação tributária resultante da liquidação oficiosa de IRS relativo ao ano de 1997.”

IV. – Colhidos os vistos legais, cumpre decidir.

V. – Com interesse para a decisão foram dados como provados em 1ª Instância os seguintes factos:

A). – O acto impugnado nos presentes autos é o acto de liquidação oficiosa de IRS da impugnante relativo ao ano de 1997 – fls. 2 e 34;

B). A petição de impugnação foi apresentada em 7 de Janeiro de 2003 – fls 1;

C). Em 6 de Junho de 2003, foi instaurado processo de execução fiscal para cobrança da dívida resultante da liquidação referida em A, tendo a outra impugnante sido citada em 1 de Julho de 2003 – fls. 205 e 271.

D) Desde 26 de Novembro de 2003 e 3 de Março de 2006, nenhum acto foi praticado nos autos – fls. 104 a 114;

VI. A única questão a apreciar no presente recurso é a de saber se a dívida exequenda se encontrava ou não prescrita à data da decisão recorrida.

O Mmº Juiz recorrido considerou a dívida prescrita por aplicação do disposto no artº 49º da LGT, atendendo a

que, por força do artº 48 do mesmo diploma, haviam já decorrido os oito anos ali previstos.

Por outras palavras:

- a) O prazo de prescrição teve o seu início em 1.1.1999, uma vez que a lei aqui aplicável é a LGT;
- b) Com a instauração da impugnação em 7 de Janeiro de 2003, a prescrição foi interrompida;
- c) Tendo o processo estado parado desde 26 de Novembro de 2003 a 3 de Março de 2006, o efeito suspensivo cessou em 26 de Novembro de 2004, recomeçando a contar o prazo de prescrição ao qual deverá ser acrescido o decorrido desde o início até à interrupção, isto é, desde 1 de Janeiro de 1999 até 7 de Janeiro de 2003, o que soma um período superior a oito anos.

Acrescentou o Mmº Juiz que a instauração da execução não interrompeu o prazo de prescrição, uma vez que aquela teve lugar durante o período de interrupção operada pela dedução da impugnação.

A recorrente Fazenda Pública contesta o entendimento adoptada na decisão recorrida pelas seguintes razões:

- a) Enquanto o credor tributário não puder exigir o seu crédito por imposição legal determinada pela suspensão do processo executivo, a prescrição não pode ocorrer;
 - b) E a suspensão do processo executivo teve lugar por uma das causas previstas no artº 52º da LGT e 169º do CPPT, tendo como consequência a suspensão do curso da prescrição nos termos do artº 49º, nº 4 (antigo nº 3) da LGT;
 - c) Assim, com a instauração da impugnação judicial em 07.01.2003, o processo executivo ficou suspenso até ao trânsito em julgado da decisão naquela proferida.
- Verifica-se, por isso, violação do disposto no artº 49º, nº 3 da LGT.

No seu parecer de fls. 307/308, o MºPº manifestou entendimento idêntico ao da recorrente FP já que, tendo a impugnante prestado garantia para obter o efeito suspensivo da execução, o prazo prescricional ficou suspenso desde a instauração da impugnação judicial até ao trânsito em julgado da decisão que ponha termo ao processo.

Apreciemos então a questão, começando por determinar o

regime aplicável ao caso, já que, desde a verificação do facto tributário se sucederam dois regimes de prescrição: o do artº 34º do CPT e o dos artºs 48º e 49º da LGT.

VI.1. Dispunha o artigo 34.º do CPT, então em vigor, que o prazo de prescrição das dívidas tributárias era de 10 anos, contando-se desde o início do ano seguinte àquele em que tinha ocorrido o facto tributário.

Tal prazo, com a entrada em vigor da LGT em 1/1/1999, passou, porém, a ser de oito anos.

De acordo com o n.º 1 do artigo 297.º do CC, a lei que estabelecer, para qualquer efeito, um prazo mais curto do que o fixado na lei anterior é também aplicável aos prazos que já estiverem em curso, mas o prazo só se conta a partir da data de entrada em vigor da nova lei, a não ser que, segundo a lei antiga, falte menos tempo para o prazo se completar.

Tratando-se de imposto relativo a IRC de 1997, o prazo de 10 anos contado desde 01.01.1998, terminaria em 31.12.2008.

Contado o prazo ao abrigo da LGT e tendo em atenção o artº 297º do CC, o prazo de oito anos completar-se-ia em 31.12.2006, pelo que é esta a lei aplicável ao caso.

Aqui chegados, recordemos os factos e apliquemos as respectivas normas jurídicas.

VI.2. A dívida refere-se a IRS do ano de 1997.

Em 7 de Janeiro de 2003 foi deduzida impugnação judicial contra o acto tributário.

Em 6 de Junho de 2003, foi instaurado processo de execução fiscal para cobrança da dívida.

Entretanto, e como resulta dos documentos de fls. 86/87, a impugnante prestou garantia para obter a suspensão da execução, após o que o órgão da execução fiscal, por despacho de 07.07.2003, ordenou a suspensão desta (v. fls. 252).

Está ainda provado (alínea D) do probatório) que entre 26 de Novembro de 2003 e 3 de Março de 2006 o processo de impugnação esteve sem nenhum acto praticado nos autos.

À data destes factos estava em vigor o artº 49º da LGT, com a seguinte redacção:

“Artigo 49.º

Interrupção e suspensão da prescrição

- 1- A citação, a reclamação, o recurso hierárquico, a impugnação e o pedido de revisão oficiosa da liquidação do tributo interrompem a prescrição.*
- 2- A paragem do processo por período superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo faz cessar o efeito previsto no número anterior, somando-se, neste caso, o tempo que decorrer após esse período ao que tiver decorrido até à data da actuação.*
- 3- O prazo de prescrição legal suspende-se por motivo de paragem do processo de execução fiscal em virtude de pagamento de prestações legalmente autorizadas, ou de reclamação, impugnação ou recurso”.*

Ora, como se escreveu no Acórdão deste Tribunal e Secção, de 23.02.2005 - Recurso nº 0116/05 “*A paragem da execução fiscal por motivo de suspensão requerida pelo contribuinte e da dedução de impugnação judicial é imputável ao contribuinte, pois a sua actuação impede o órgão da execução fiscal de prosseguir com ela (artº. 255.º, n.º 1, do C.P.T.).*

No entanto, se posteriormente a essa suspensão se verificou uma paragem do processo de impugnação judicial, por período superior a um ano, por motivo não imputável ao contribuinte, recomençar-se-á a contar o prazo de prescrição, acrescido do período de tempo que decorreu antes da instauração da execução fiscal, pois, a paragem do processo de execução fiscal derivada da pendência da impugnação judicial não pode ser imputada ao contribuinte se não é a este imputável a paragem deste último processo”.

No caso concreto dos autos, a paragem do processo de impugnação não é imputável ao contribuinte – neste caso à recorrida.

Sendo assim, e porque a revogação do nº 2 do artº 49º da LGT pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, não se aplica ao caso dos autos, porque na data da entrada em vigor desta já se havia completado prazo de paragem superior a um ano (artº 91º da mesma lei), há que aplicar aquele nº 2.

Mas há ainda que ter em atenção o que dispunha o nº 3 (hoje equivalente ao nº 4) do mesmo artigo: a impugnação

suspende o decurso do prazo de prescrição.

Como se refere no Acórdão deste tribunal e Secção, de 09.09.2009 -Recurso nº 0571/09 “ *não é a mera apresentação de uma impugnação judicial que suspende automaticamente a execução fiscal instaurada para cobrança da dívida em causa, sendo necessário para que tal aconteça que seja constituída ou prestada garantia ou a penhora efectuada garanta a totalidade da quantia exequenda*”.

Ora, como já se referiu, foi isso que sucedeu nos autos. Deste modo, há que retirar desta norma as necessárias consequências jurídicas.

Então, efectuando a contagem de acordo com as normas referidas temos:

- prazo contado desde 01.01.1999 até à instauração da impugnação (07.01.2003) = quatro anos e sete dias;
- o restante prazo de prescrição deveria ser contado a partir de 26 de Novembro de 2004 (artº 49º, nº 2 da LGT então em vigor). Porém, uma vez que a execução se encontrava legalmente suspensa, ficando o credor impedido de cobrar a dívida, o prazo ocorrido posteriormente a 26 de Novembro de 2004 não conta para efeitos de prescrição.

Então, tal como afirmaram a recorrente Fazenda Pública e o MºPº, a dívida não pode considerar-se prescrita, até porque foi a recorrida que, ao pedir a suspensão do processo de execução fiscal nos termos legais, acabou por impedir que o prazo de prescrição corresse a seu favor.

Pelo que ficou dito procedem as conclusões da Fazenda Pública e, em consequência, o recurso.

VII. Nestes termos e pelo exposto, acorda-se em conceder provimento ao recurso e revogar a decisão recorrida, devendo os autos, por não estar prescrita a dívida exequenda, seguir seus legais termos”.

Custas pela recorrida (impugnante) apenas em 1ª instância.
Lisboa, 5 de Maio de 2010. *Valente Torrão* (relator) –
Miranda de Pacheco – Pimenta do Vale.